

## PROCESSO CIVIL

### Ação rescisória

♦ A revelia, na ação rescisória, não produz os efeitos da confissão, já que o *judicium rescindens* é indisponível, não se podendo presumir verdadeiras as alegações que conduziriam à rescisão. (151325)

### Prova

♦ É despicienda a realização de perícia cujo resultado não tem o condão de modificar o desfecho da demanda, ante a impossibilidade de desconstituir outros elementos suficientes apresentados. (151180)

## CIVIL E COMERCIAL

### Casamento

♦ São exigíveis justificativas plausíveis e provas concretas de que a alteração do regime de bens eleito para reger o matrimônio não prejudicará nenhum dos cônjuges, nem terceiros interessados. (151328)

### Cheque

♦ É legítimo o protesto de cheque efetuado pelo credor depois do prazo de apresentação, desde que não esgotado o prazo prescricional relativo à ação cambial de execução. (151352)

## PENAL E PROCESSO

### Conflito de competência

♦ As cartas precatórias expedidas pela Justiça Federal deverão ser cumpridas pela Justiça Estadual, sempre que a comarca não for sede de vara federal. (151268)

### Denúncia

♦ Se a qualificação jurídica reputada correta for mais benéfica ao acusado, não há razão para impedir a *emendatio libelli* em momento processual anterior à sentença. (151377)

## TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

### Confissão ficta

♦ A presunção de veracidade dos fatos é relativa, sendo que a prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta. (151430)

### Terceirização

♦ Constitui fraude a dissimulação de intermediação de mão de obra sob a forma de contrato de prestação de serviços com o objeto de realizar tarefa ínsita à atividade-fim do tomador. (151428)

## CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

### Improbidade administrativa

♦ A nomeação de parentes para ocupar cargos em comissão constitui ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da Administração Pública. (151351)

### Serviço de esgotamento sanitário

♦ Válida a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue. (151464)

## TRIBUTÁRIO

### Imposto de transmissão de bens imóveis

♦ Não há que se falar em incidência de ITBI quando a propriedade do imóvel é transferida em decorrência de extinção de pessoa jurídica, ainda que parcial. (151516)

### Responsabilidade tributária

♦ Constatada pelo Fisco a alienação do imóvel objeto da execução no curso da lide, cabível o redirecionamento do processo para a adquirente, atual possuidora. (151285)

## PROCESSO CIVIL

### Conexão

- ♦ Justamente por traduzir faculdade do julgador, a decisão que reconhece a conexão não impõe ao magistrado a obrigatoriedade de julgamento conjunto. (151340)

### Justiça gratuita

- ♦ O benefício da justiça gratuita deve ser concedido a qualquer tempo e grau de jurisdição, dispensando-se o beneficiado do recolhimento de qualquer numerário, inclusive o preparo recursal. (151447)

## CIVIL E COMERCIAL

### Hipoteca

- ♦ É válida a hipoteca prestada por empresa que livremente ofereceu bem imóvel de sua propriedade para garantir empréstimos de outra pessoa jurídica. (151341)

### Transporte marítimo

- ♦ Impossibilidade de se estabelecer prazos prescricionais distintos para o transporte multimodal e para o unimodal, sob pena de se criarem soluções contraditórias para situações semelhantes. (151353)

## PENAL E PROCESSO

### Prescrição

- ♦ A redução do prazo prescricional é aplicável ao agente maior de 70 anos na data da sentença, e não na data em que o título executivo penal condenatório se tornou imutável. (151553)

### Prisão preventiva

- ♦ Diante da necessidade da constrição cautelar do paciente, carece de plausibilidade jurídica o pleito defensivo de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão. (151546)

## TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

### Procedimento sumaríssimo

- ♦ As ações trabalhistas classificadas no rito sumaríssimo devem apresentar a liquidação de todos os pedidos, sob pena de indeferimento da inicial e consequente extinção do processo. (151409)

### Professor

- ♦ É inválida a cláusula coletiva que fixa, para o professor, jornada de trabalho superior à permitida pela CLT, devendo as horas excedentes serem remuneradas com o respectivo adicional. (151436)

## CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

### Pensão por morte

- ♦ A pensão por morte é devida a partir da data do óbito do servidor público, prescrevendo apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu o ajuizamento da ação. (151474)

### Pesos e medidas

- ♦ Não sendo equipamento essencial ao funcionamento e às atividades das farmácias, as balanças utilizadas gratuitamente pelos clientes não se expõem à fiscalização periódica do Inmetro. (151348)

## TRIBUTÁRIO

### Imposto sobre serviços

- ♦ O âmbito da competência territorial do Município compreenderá a localidade em que estiver configurada uma organização minimamente necessária ao exercício da atividade tributada. (150805)

### Responsabilidade tributária

- ♦ Ao fazer circular mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal, o transportador torna-se responsável pelo pagamento do imposto devido e pela multa decorrente da infração. (151451)